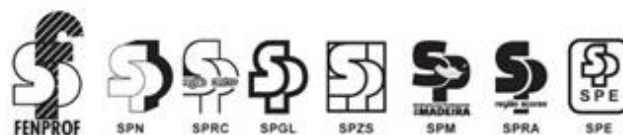


# REVISÃO DO ECD

20 maio 17H

# PLENÁRIO NACIONAL ON-LINE

(ABERTO A TODOS OS PROFESSORES  
E EDUCADORES)



# MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES

16 de maio



# Revisão do Estatuto da Carreira Docente

## 2.º Tema |

### Recrutamento e Colocação: Proposta de Articulado

**18 de Maio de 2026**

**Equipa ministerial:**

**Alexandre Homem Cristo | Luísa Oliveira | Marisa Garrido**

# Revisão do Estatuto da Carreira Docente

2.º Tema | Recrutamento e Colocação: Proposta de  
Articulado

18 MAIO 2026



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

---

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

## Artigo 1.º

### Princípios do recrutamento e colocação

1 - O recrutamento e colocação no âmbito da carreira especial docente destinam-se à satisfação de necessidades permanentes e temporárias do sistema educativo da rede pública.

2 - O recrutamento e a colocação realizam-se através de dois procedimentos concursais nacionais centralizados, assentes na graduação profissional, e regem-se pelos princípios concursais da Administração Pública, com as necessárias adaptações e sem prejuízo do disposto no presente Estatuto.

3 - Os procedimentos concursais referidos no número anterior assentam em critérios objetivos, publicitados e verificáveis, garantindo a igualdade de oportunidades, a transparência, a eficiência, a celeridade, a adequada afetação de docentes e a continuidade pedagógica, designadamente através da promoção da estabilidade do corpo docente.

4 - A tramitação e operacionalização dos procedimentos de recrutamento e colocação previstos no presente Estatuto são objeto de portaria do membro do Governo responsável pela área **das finanças** e da educação.

5 - A dotação das vagas destinadas à satisfação de necessidades permanentes de pessoal docente é fixada pela portaria **referida no número anterior**, após o apuramento anual das necessidades do sistema educativo.

Confirmação de que a carreira de **corpo especial é para extinguir**

"recrutamento" – para efeitos de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

"colocação" – para todas as outras colocações.

"carreira especial" – especial é o regime, que ficou já fechado (para o MECI) no 1.º Tema, na natureza da carreira: "carreira de regime especial, de grau de complexidade funcional 3".

"procedimentos concursais" – vêm substituir os "concursos".

"assentes na graduação profissional" – mas...

"assentam em critérios objetivos, publicitados e verificáveis" – então:

. não é só a graduação profissional?

. poderão vir a aplicar-se as provas e/ou a avaliação psicológica previstas na LTFP como obrigatórias, eventualmente a quem se candidata pela primeira vez?

Uma portaria é um ato do poder administrativo, aprovado por um ou mais Ministros, em nome do Governo, e que regula em pormenor um determinado assunto.

**Não carece de negociação** e passou a integrar também "o responsável pela área das finanças".

## Artigo 2.º

### Procedimentos de recrutamento e colocação

1 - O recrutamento e a colocação de docentes em Portugal Continental são centralizados na entidade sob tutela da área governativa da educação responsável pela gestão do sistema educativo.

2 - O recrutamento e a colocação de docentes realizam-se através de dois procedimentos concursais distintos:

- a) Procedimento concursal interno e externo (PCIE), de natureza anual, destinado à satisfação de necessidades permanentes, mediante preenchimento de vagas que constituem vínculo de emprego público por tempo indeterminado;
- b) Procedimento concursal em contínuo (PCeC), que decorre ao longo de todo o ano escolar, destinado à satisfação de necessidades temporárias de docentes que constituem vínculo de emprego público a termo resolutivo, sem prejuízo do n.º 1 do artigo 4.º.

“vínculo de emprego público por tempo indeterminado” – nos artigos seguintes, passa a designar-se por “contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado”, alterando, unilateralmente, o atual **vínculo de nomeação definitiva**.

**Procedimento concursal interno e externo**

1 - O PCIE destina-se à satisfação das necessidades permanentes de pessoal docente, apuradas anualmente e traduzidas em vagas dos quadros de Agrupamentos de Escolas ou Escolas não Agrupadas (AE/EnA) e dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP), e termina com a publicitação dos resultados de colocação.

**2 – O apuramento anual das necessidades permanentes é efetuado previamente ao início de cada ano escolar, pela entidade responsável pela gestão do sistema educativo, com base em critérios objetivos, nos termos da portaria prevista no n.º 4 do artigo 1.º.**

3 - O PCIE assegura:

- a) A mobilidade dos docentes com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b) O recrutamento de candidatos para preenchimento de vagas permanentes não ocupadas na sequência do disposto na alínea anterior;

4 - Podem ser opositores ao PCIE:

- a) Docentes de quadro de AE/EnA ou de QZP que pretendam ocupar outra vaga de AE/EnA ou QZP, para o mesmo grupo de recrutamento ou grupo de recrutamento diverso daquele em que se encontram colocados, desde que, neste último caso, sejam detentores da correspondente formação científica e pedagógica;
- b) Detentores de formação científica e pedagógica;
- c) Detentores de formação científica, nos termos e limites previstos no presente Estatuto e em legislação própria.

5 - Podem ainda ser opositores ao PCIE, em condições de reciprocidade, os docentes vinculados às Regiões Autónomas e os docentes vinculados e às Escolas Portuguesas no Estrangeiro da Rede Pública (EPERP), com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Novo.

A portaria efetua o apuramento das necessidades.

Confirmação de que o recrutamento é só para celebração de contratos por tempo indeterminado, ou seja, o que hoje se chama "**vinculação**".

Confirmação da **eliminação das habilitações profissional e própria** e substituição por formação científica e pedagógica e formação científica, respetivamente.

## Artigo 4.º

### Procedimento concursal em contínuo

1 - Podem ser opositores ao PCeC os docentes de quadro de AE/EnA e QZP, os quais têm prioridade na satisfação de necessidades temporárias.

2 – O apuramento das necessidades temporárias é efetuado ao longo do ano escolar, e autorizado pela entidade responsável pela gestão do sistema educativo com base em critérios objetivos.

3 - Podem ainda ser opositores ao PCeC, em qualquer momento, os candidatos detentores de formação científica e pedagógica ou detentores apenas de formação científica, nos termos do presente Estatuto.

4 - A primeira fase de colocação do PCeC, para efeitos de mobilidade e contratação inicial, ocorre após a conclusão do PCIE e antes do início do ano escolar, destinando-se à satisfação das necessidades temporárias resultantes da distribuição de serviço docente e produz efeitos a dia 1 de setembro.

5 - Após a primeira fase de colocação, o PCeC prossegue em contínuo nos termos da regulamentação aplicável.

6 - Os docentes de quadro de AE/EnA que pretendam exercer funções docentes, a título transitório, noutra AE/EnA, só podem ser opositores à primeira fase de colocação do PCeC.

7 - As colocações efetuadas no âmbito do PCeC produzem efeitos pelo período correspondente à necessidade temporária que visam satisfazer e não podem exceder o termo do ano escolar.

Novo.

Os critérios objetivos serão os regulados na portaria?

Os artigos 4.º e 5.º fazem a fusão das 5 modalidades do concurso atual, com alterações negativas.

Ao contrário do que afirmam, **complexifica o que existe**, pois o que hoje se distingue como **concurso interno, concurso externo, mobilidade interna, contratação inicial e reservas de recrutamento**, passa a estar tudo enrolado, com alteração de prioridades no pior sentido e com obrigatoriedades que antes não existiam.

### Participação obrigatória

1 - São opositores obrigatórios ao PCIE:

- a) Os docentes de QZP;
- b) Os docentes de quadro de AE/EnA que não disponham de qualquer componente letiva;
- c) Os docentes na situação de licença sem remuneração de longa duração que tenham requerido o regresso ao serviço antes do início do respetivo procedimento e não disponham de componente letiva disponível no AE/EnA de vínculo.

2 - São opositores obrigatórios ao PCeC:

- a) Os docentes de QZP para efeitos de afetação a AE/EnA do âmbito territorial do QZP;
- b) Os docentes de quadro de AE/EnA que, após a distribuição do serviço docente, disponham de componente letiva inferior a oito horas;
- c) Os docentes na situação de licença sem remuneração de longa duração que, tendo requerido o regresso ao serviço e devendo candidatar-se ao próximo PCIE, aguardem a realização desse procedimento.

3 - Os docentes referidos no número anterior que não obtenham colocação na primeira fase mantêm-se obrigatoriamente opositores ao PCeC até à sua colocação.

4 - Os docentes cuja participação no PCeC seja obrigatória devem manifestar preferências por todos os AE/EnA integrados no respetivo QZP, sem prejuízo da possibilidade de manifestarem outras preferências.

5 - Para efeitos dos números anteriores, considera-se respetivo QZP aquele a que o docente se encontra vinculado ou, nos demais casos, aquele em que se situe o AE/EnA de vínculo.

6 - Quando a candidatura não abranja a totalidade dos AE/EnA relativamente aos quais o docente deva manifestar preferência, consideram-se automaticamente manifestadas preferências pelos AE/EnA em falta, ordenadas de acordo com o critério previamente definido na regulamentação aplicável.

7 - Quando o docente cuja participação no PCeC seja obrigatória não se apresente ao procedimento, consideram-se automaticamente manifestadas preferências por todos os AE/EnA do âmbito territorial do QZP onde está colocado, ordenadas de acordo com o critério previamente definido na regulamentação aplicável.

8 - Até à conclusão da formação pedagógica legalmente exigida, os docentes detentores apenas de formação científica que tenham vinculado provisoriamente a AE/EnA ou que, tendo vinculado provisoriamente a QZP, tenham sido afetos a AE/EnA no âmbito do PCeC e que aguardem o início ou tenham iniciado a referida formação, mantêm-se no AE/EnA de colocação, com componente letiva atribuída, não podendo participar no PCIE nem no PCeC até à conclusão da formação.

9 - Concluída a formação referida no número anterior, os docentes participam nos procedimentos concursais nos termos gerais aplicáveis.

**Quem não tiver componente letiva atribuída está obrigado a concorrer ao PCIE e não apenas ao PCeC.**

E essa obrigatoriedade tem que abrangência territorial, o país? Um grupo de QZP?

E se não quiser, é despedido?

## O artigo omitido

### Prioridades

1 - Os candidatos ao PCIE são ordenados de acordo com as seguintes prioridades:

- a) Em primeira prioridade, os docentes de quadro de AE/EnA ou QZP;
- b) Em segunda prioridade, os docentes do quadro de AE/EnA ou QZP que pretendam transitar de grupo de recrutamento e sejam detentores da formação científica e pedagógica legalmente exigida;
- c) Em terceira prioridade, os candidatos abrangidos pela limitação da sucessão de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo para as respetivas vagas permanentes abertas nos termos do artigo X.º, no respetivo grupo de recrutamento;
- d) **Em quarta prioridade, os candidatos detentores de formação científica e pedagógica para o grupo de recrutamento a que se candidatam e que tenham prestado funções docentes durante, pelo menos, 365 dias nos últimos seis anos escolares nos estabelecimentos referidos no n.º 3;**
- e) Em quinta prioridade, os candidatos detentores de formação científica e pedagógica para o grupo de recrutamento a que se candidatam;
- f) Em sexta prioridade, os candidatos detentores de formação científica para o grupo de recrutamento a que se candidatam.

Será a **norma-travão**, que não corresponde ao que a Diretiva Comunitária impõe aos estados-membros, razão pela qual foi criada a **vinculação dinâmica** – que também não correspondendo inteiramente, se aproxima mais – que desaparece.

2 - Os candidatos ao PCEC são ordenados de acordo com as seguintes prioridades:

- a) Em primeira prioridade, **os docentes de quadro** de AE/EnA ou QZP, para as escolas do QZP onde se encontram colocados;
- b) Em segunda prioridade, **os docentes de quadro** de AE/EnA ou QZP, para escolas de QZP diferente daquele onde se encontram colocados;
- c) Em terceira prioridade, os candidatos sem contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado detentores de formação científica e pedagógica para o grupo de recrutamento a que se candidatam;
- d) Em quarta prioridade, os candidatos sem contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado detentores de formação científica para o grupo de recrutamento a que se candidatam.

3 - O disposto na alínea d) do n.º 1 é aplicável aos docentes que tenham exercido ou exerçam funções em:

- a) **Estabelecimentos integrados na rede pública da área governativa da educação;**
- b) **Estabelecimentos integrados na rede pública das Regiões Autónomas;**
- c) **Estabelecimentos do ensino superior público;**
- d) **Estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob a tutela de outros ministérios que tenham protocolo com a área governativa da educação;**
- e) **Estabelecimentos do ensino português no estrangeiro, incluindo o exercício de funções docentes como agentes da cooperação portuguesa nos termos do correspondente estatuto jurídico.**

Provoca uma **grande redução da possibilidade de aproximação, ainda que temporária, à área de residência** relativamente à que a MI permitia, porque o candidato só obtém colocação em opção de 2.ª prioridade, ainda que manifestada primeiro lugar, se todos os candidatos que concorrem a essa opção em 1.ª prioridade já tiverem sido colocados.

## Proposta de alteração da FENPROF

### Artigo 6.º

#### Prioridades

1 – Os candidatos ao CIE são ordenados de acordo com as seguintes prioridades:

- a) Em primeira prioridade, os docentes de ~~quadro de~~ QAE/EnA ou QZP;
- b) Em segunda prioridade, os docentes do ~~quadro de~~ QAE/QEnA ou QZP que pretendam transitar de grupo de recrutamento e sejam detentores ~~da~~ ~~formação científica e pedagógica~~ de **habilitação profissional** ~~legalmente exigida~~;
- c) (Nova) Em terceira prioridade, os docentes de QAE/QEnA ou QZP detentores de **habilitação própria**;
- ed) Em ~~terceira~~ **quarta** prioridade, os candidatos abrangidos pela limitação da sucessão de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo para as respetivas vagas permanentes abertas nos termos do artigo X.º, no respetivo grupo de recrutamento;
- de) Em ~~quarta~~ **quinta** prioridade, os candidatos detentores de ~~formação científica e pedagógica~~ **habilitação profissional** para o grupo de recrutamento a que se candidatam e que tenham prestado funções docentes durante, pelo menos, 365 dias nos últimos seis anos escolares nos estabelecimentos referidos no n.º 3;
- ef) Em ~~quinta~~ **sexta** prioridade, os candidatos detentores de ~~formação científica e pedagógica~~ **habilitação profissional** para o grupo de recrutamento a que se candidatam;
- fg) Em ~~sexta~~ **sétima** prioridade, os candidatos detentores de ~~formação científica~~ **habilitação própria** para o grupo de recrutamento a que se candidatam.

2 - Os candidatos ao **CeC** são ordenados de acordo com as seguintes prioridades:

- a) Em primeira prioridade, os docentes de ~~quadro de QAE/EnA ou QZP, para as escolas do QZP onde se encontram colocados;~~
- b) Em segunda prioridade, os docentes de ~~quadro de QAE/EnA ou QZP, para escolas de QZP diferente daquele onde se encontram colocados~~ **que pretendam transitar de grupo de recrutamento e sejam detentores de habilitação profissional;**
- c) **(Nova) Em terceira prioridade, os docentes de QAE/QEnA ou QZP detentores de habilitação própria;**
- d) **(Nova) Em quarta prioridade, os candidatos detentores de habilitação profissional para o grupo de recrutamento a que se candidatam e que tenham prestado funções docentes durante, pelo menos, 365 dias nos últimos seis anos escolares nos estabelecimentos referidos no n.º 3;**
- e) Em ~~terceira~~ **quinta** prioridade, os candidatos sem contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado detentores de ~~formação científica e pedagógica~~ **habilitação profissional** para o grupo de recrutamento a que se candidatam;
- f) Em ~~quarta~~ **sexta** prioridade, os candidatos sem contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado detentores de ~~formação científica~~ **habilitação própria** para o grupo de recrutamento a que se candidatam.

3 - O disposto na alínea d) do n.º 1 é aplicável aos docentes que tenham exercido ou exerçam funções em:

- a) Estabelecimentos integrados na rede pública ~~da área governativa da educação~~ **do Ministério da Educação;**
- b) Estabelecimentos integrados na rede pública das Regiões Autónomas;
- c) Estabelecimentos do ensino superior público;
- d) Estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob a tutela de outros ministérios que tenham protocolo com ~~a área governativa da educação~~ **o Ministério da Educação;**
- e) Estabelecimentos do ensino português no estrangeiro, incluindo o exercício de funções docentes como agentes da cooperação portuguesa nos termos do correspondente estatuto jurídico.

## Artigo 7.º

### Ordenação de candidatos

1 - Os candidatos ao procedimento concursal interno e externo, bem como ao procedimento concursal em contínuo, são ordenados por grupo de recrutamento, de acordo com as prioridades estabelecidas no artigo 6.º e, dentro de cada prioridade, por ordem decrescente de graduação profissional.

2 - Em caso de igualdade na ordenação resultante da aplicação do número anterior, os candidatos são ordenados, sucessivamente, de acordo com os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior classificação obtida na formação científica e pedagógica ou, quando aplicável nos termos da prioridade em que se insere, da classificação obtida apenas na formação científica;
- b) Maior tempo de serviço docente prestado após adquirir a formação científica e pedagógica;
- c) Maior tempo de serviço docente prestado apenas com formação científica;
- d) Maior idade do candidato;
- e) Menor número de candidatura.

3 - Os candidatos detentores de formação científica e pedagógica legalmente exigida para a docência precedem os candidatos detentores apenas de formação científica legalmente exigida.

## Artigo 8.º

### Candidatura

1 – A candidatura ao PCIE e ao PCeC é efetuada de forma desmaterializada, na plataforma digital disponibilizada para o efeito.

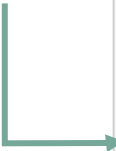
2 – Para efeitos do PCIE e do PCeC, é considerada a candidatura válida existente no momento dos respetivos procedimentos, sem prejuízo da possibilidade de apresentação ou alteração da candidatura a todo o tempo, conforme previsto na regulamentação aplicável.

3 – Para efeitos de verificação dos requisitos de admissão e demais elementos relevantes da candidatura, a entidade competente recorre prioritariamente à informação na posse de entidades públicas, a qual constitui base prevalecente de verificação dos dados do candidato.

4 - A apresentação da candidatura confere autorização à entidade responsável pela gestão do sistema educativo para aceder, exclusivamente para os efeitos do número anterior, aos dados necessários, incluindo à verificação do registo criminal.

5 - Os dados obtidos nos termos do n.º 4 não podem ser alterados pelo candidato no âmbito da candidatura, sem prejuízo da sua atualização junto das respetivas entidades competentes, com recurso a interoperabilidade.

6 - Os candidatos ao PCIE podem manifestar preferências por quadros de AE/EnA e QZP independentemente da existência de vagas a ocupar à data de abertura do procedimento.



**Alteração da candidatura a todo o tempo** – é preocupante, porque remete para a regulamentação aplicável, que ainda se desconhece.

### Artigos a ser adicionalmente integrados no ECD:

- Graduação profissional (artigo 11.º do DL 32-A/2023);
- Sucessão de contratos a termo (artigo 42.º do DL 32-A/2023, *norma-travão: manter*);
- Recuperação de vagas permanentes (atual artigo 20.º do DL 32-A/2023);
- Necessidades temporárias (artigo 25.º do DL 32-A/2023, definição do regime aplicável às necessidades temporárias, incluindo duração dos contratos e renovação);
- Aceitação e apresentação (artigos 16.º, 17.º, 18.º, 38.º e 40.º do DL 32-A/2023);
- Verificação e transparência (vários artigos do DL 32-A/2023);
- Impugnação administrativa (Capítulo IV do DL 32-A/2023);
- Processo de colocação (**novo**: descrição do processo de colocação com base na articulação entre preferências, prioridades e graduação profissional);
- Auditoria do algoritmo (**novo**: auditoria anual com vista a verificação do rigor e da transparência dos procedimentos).

### Temas a serem integrados na Portaria:

- Critérios objetivos para o apuramento das necessidades;
- Regras técnicas de colocação (por exemplo a ordenação das preferências obrigatórias que não tenham sido manifestadas voluntariamente);
- Termos de manifestação de preferências;
- Operacionalização dos procedimentos (calendário, prazos e fases do PCIE e do PCeC);
- Dotação anual das vagas permanentes para o respetivo ano escolar.

Além dos que constam neste projeto, serão, adicionalmente, acrescentados 7 aspetos que já constam em diplomas legais e mais 2 novos.

A **portaria** definirá os “critérios objetivos para o apuramento de necessidades” e a “dotação anual de vagas permanentes para o respetivo ano escolar”.

**A dotação não corresponde às necessidades apuradas?**

Tendo em conta o acréscimo, logo no artigo 1.º, n.º 4, para a portaria passar a depender das **finanças**, poderemos vir a ter o que acontece com os postos de trabalho dos mapas de pessoal: as diversas áreas fazem o levantamento de necessidades e depois as finanças distribuem os postos de trabalho/vagas que podem passar a permanentes, tendo em conta o orçamento disponível.

Não estão já neste articulado?

Corresponde a matéria do que se chama **Aviso de Abertura**. Vai deixar de haver Aviso de Abertura?

**Adia-se cada vez mais o que deveria ser prioritário: a revisão do ECD para valorizar a profissão docente.**

Esta revisão/extinção do regime de concursos e imposição de procedimentos concursais surgiu no meio da revisão do ECD, sem ter sido **anunciada inicialmente**, para ser aprovada pelo governo em julho.

Será aprovado agora um decreto-lei a ser integrado depois no ECD.

O calendário:

Neste 2.º tema, ainda falta negociar os grupos de recrutamento, a formação de professores e a habilitação para a docência, pelo que, certamente não se entrará no 3.º tema antes de agosto ou setembro.

Em 2027/28 terá de ser feita a implementação destes concursos que, com a fusão dos ciclos e outras novidades, não deixarão de dar erros e problemas.

Será que só em 2029 se consegue terminar o processo (previsto para terminar em 2026) e chegar aos dois últimos temas – estrutura, salários e ADD –, identificados pelos professores como prioritários para a valorização da carreira?

Com cartas e bolos se enganam os tolos...